

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
Curso de Psicologia – CCBS

RELATÓRIO DE PESQUISA

Título do projeto: Perspectivas e expectativas para a vida profissional entre estudantes de Psicologia.

Pesquisador Líder: Prof. Dr. Erich Montanar Franco

Submissão do Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da UPM via Plataforma Brasil

Número do Parecer: 575.246 de aprovação

Data da Relatoria: 27/02/2014

Data do Parecer: 31/03/2014

São Paulo
2013

SUMÁRIO:

1 - PRINCIPAIS OBJETIVOS DO PROJETO INICIAL	Pág. 3
2 - DESCRIÇÃO DAS ETAPAS EXECUTADAS NO PERÍODO VISANDO AO ALCANCE DOS OBJETIVOS	Pág. 3
a) Grupo de Estudos “Os Sentidos do Trabalho”	Pág. 3
b) Elaboração de Síntese Teórica	Pág. 4
c) Reuniões Periódicas	Pág. 9
d) Coleta de dados	Pág. 12
3 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS	Pág. 13
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	Pág. 29
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Pág. 33

1. PRINCIPAIS OBJETIVOS DO PROJETO INICIAL

A presente pesquisa teve por objetivo o estudo descritivo analítico dos sentidos atribuídos ao trabalho do psicólogo por estudantes de Psicologia da última etapa do curso de graduação. Para tanto, exploramos posicionamentos, expectativas e concepções acerca da atividade profissional, pois entendemos que os processos de formação para o trabalho bem como a atividade laboral em si ocupam posição central na formação do sujeito social. Dessa forma, esse estudo nos aproxima de elementos constituintes da identidade profissional desses sujeitos, além de permitir a análise crítica sobre possíveis efeitos da formação e suas repercussões na prática profissional e nas vidas dos sujeitos entrevistados.

2. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS EXECUTADAS NO PERÍODO VISANDO AO ALCANCE DOS OBJETIVOS

a) Grupo de Estudos “Os Sentidos do Trabalho”.

A primeira atividade realizada foi a realização de grupo de estudo com os pesquisadores envolvidos e outros alunos da instituição. O objetivo do grupo de estudo foi o aprofundamento nos debates atuais sobre o trabalho e seus sentidos, pois esses estudos contêm os elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma proposta metodológica e para a análise do material. Nos encontros semanais foram estudados textos das seguintes obras:

-ALVES, Daniela A., BENITES, Luiz Felipe R.. **Da disciplina ao controle: contribuições de Foucault e Deleuze para pensar o trabalho na contemporaneidade.** Revista Sociais e Humanas, v. 14, n. 01. Rio Grande do Sul. 2001.

-ANTUNES, Ricardo,. Os sentidos do trabalho, São Paulo. Boitempo, 2002.

-ARENDDT, Hannah. Trabalho, obra , ação. Cadernos de Ética e Filosofia Política 7, p. 175-201. 2005.

-MAGALHÃES, Theresa Calvet, A Atividade Humana do Trabalho [Labor] em Hannah Arendt, Ética e Filosofia Política, Juiz de Fora, MG, v. 9, n.1, p. 1, 2006. Disponível em <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/03/9_1_theresa.pdf>

-RAMMINGER, T.; NARDI, H.C. **Subjetividade e trabalho: algumas concepções conceituais de Michel Foucault**. Interface- Comunicação, Saúde, Educação, v.12, n.25, p. 339-46, abr./jun. 2008.

b) Elaboração de Síntese Teórica

- **Trabalho e a Constituição do Ser Social**

Em sua exposição teórica sobre trabalho, Antunes (2002) resgata Lukács e seu conceito de Ontologia do Ser Social para demonstrar a Centralidade do Trabalho. Segundo eles, é pelo trabalho que o ser social produz a si mesmo como gênero humano. Este processo se dá primeiramente pelo desenvolvimento inicial de um conjunto de habilidades e concepções que se desdobram até desenvolverem os principais elementos constituintes dos seres humanos. O trabalho é visto como um fenômeno originário do ser social, esta atividade realiza a passagem do ser puramente biológico para o homem (sociedade). A partir da vivência do processo de trabalho o homem passa a desenvolver diversas características que gradativamente o distanciam da esfera biológica e o aproxima de um ser social.

Uma das primeiras características do trabalho é que ele sempre possui uma finalidade. O ser social sempre tem ideado, previamente, em sua consciência o objetivo ou função de seu trabalho. Antunes (2002) aponta que Lukács retoma Aristóteles e divide este processo em duas etapas: o pensar e o produzir. No primeiro momento se estabelece a finalidade e definem-se os meios para realizá-los. No segundo momento há a concretização deste plano. Este processo é radicalmente novo em relação aos processos biologicamente determinados; nestes, o mesmo método é repetido, geralmente envolve a satisfação imediata de necessidades e não há nenhum tipo de consciência ou escolha envolvida. No processo de trabalho a noção de finalidade e causalidade passam a ser incorporadas.

Em seguida, o autor destaca a constituição do aspecto intersocial a partir do trabalho. Neste processo os objetos passam a ser reconhecidos pela sua utilidade de forma socialmente compartilhada. As atividades ganharam complexidade e exigiram a cooperação mais ampla para sua execução. Este processo fez emergir a necessidade de convencimento e para tanto, o desenvolvimento da linguagem. “O processo do trabalho coloca demandas aos sujeitos envolvidos que só podem ser preenchidas [...] pela

reconstrução [...] da linguagem e do pensamento conceitual [...].” (ANTUNES, 2002, p. 140).

Com isso, vemos que mesmo a linguagem sendo secundária ao processo originário do trabalho (que é primário) estas relações não podem ser desvinculadas completamente. O autor destaca que formas mais avançadas decorrem desta base originária, são como um prolongamento, um avanço desta, como também é o caso de pensar a práxis política, a religião, a ética, a filosofia, a arte... Por isso que Antunes (2002) aplica o termo práxis, pois mesmo o avanço teórico nunca é totalmente dissociado de uma origem prática.

Vemos então, que com o tempo está diferenciação do ser se torna muito grande e complexa e o trabalho, além de se alterar constantemente, também vai modificando o próprio ser que trabalha. Neste sentido, podemos pensar as modificações na constituição da subjetividade humana, que passa a adquirir aspectos decorrentes de sua experiência laborativa. O ser que trabalha planeja com antecedência seus atos, consegue imaginar o fim antes da realização material, controla tanto o pensamento quanto sua ação, e passa a dominar os meios necessários. Se o trabalho envolve a decisão concreta entre diferentes possibilidades, e é direcionado para uma modificação da realidade, ele é a atividade originária ontologicamente da liberdade humana. “O trabalho pode ser considerado como modelo de toda a liberdade” (ANTUNES, 2002, p.145). E é interessante observar que este processo de complexificação da liberdade só é possível através da interatividade entre seres sociais, através da cultura que também é desenvolvida através do trabalho.

O trabalho deve ser entendido como gerador de valor de uso em objetos da natureza, dialeticamente, a consciência se desenvolve através de um exercício de atribuição de sentidos, há uma interação entre subjetividade e objetividade “A vida cheia de sentidos encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização” (ANTUNES, 2002, p. 143).

Portanto, para Antunes a centralidade do trabalho demonstra esta atividade como originária do desenvolvimento das características que diferenciam o ser social do ser biológico. É importante destacar que nos diferentes momentos históricos as modificações no trabalho foram também modificações na subjetividade humana.

- **O trabalho como elemento para a condição humana**

Na obra "A condição humana" publicada em 1958, Hanna Arendt discute as concepções de trabalho para a construção de uma crítica sobre a exaltação importância do trabalho. Além disso, discorre sobre a modernidade, a revolução industrial e a substituição do espaço público pelo privado, que gerou um afastamento político, e um consequente desenraizamento dos sujeitos. Ela também reflete sobre os elementos essenciais da condição humana, e os divide em três as atividades fundamentais: o trabalho, a obra (ou fabricação) e a ação (MAGALHÃES, 2006).

O Trabalho (*labor*) é uma atividade relacionada ao corpo. Portanto, ligado a aspectos biológicos, necessidades que conduzem o processo vital do corpo (movimento circular das funções corporais). Arendt trata o trabalho como condição da própria vida humana, sendo a sua finalidade a de satisfazer as necessidades básicas da vida. Nisso seu resultado se dissolve no consumo. Um metabolismo entre a natureza e o homem, portanto:

A atividade do trabalho será sempre repetitiva, sem fim até enquanto durar a vida; diferente da atividade de fabricação sendo seu objetivo atingido quando o objeto está terminado, pronto para ser adicionado ao mundo comum das coisas e dos objetos, a atividade do trabalho se move sempre no mesmo círculo prescrito pelo organismo vivo, e o fim de suas fadigas e penas só chega com o fim, isto é, com a morte do organismo (ARENDR, 2005, p.180).

Sendo assim, o trabalho gera bens de consumo no seu processo e consiste em duas etapas, são elas “trabalhar” e “consumir”, sendo inerente ao ciclo da vida biológica. “O trabalho, diferentemente de todas as outras atividades humanas, permanece sob o signo da necessidade de subsistir” (ARENDR, 2005 p181).

A Obra ou a fabricação, por sua vez, é atividade não natural, não está faz parte do ciclo da vida biológica da vida. A condição humana da obra é o pertencer-ao-mundo. Pois, trata-se de uma atividade que possui um começo preciso e um fim determinado. Um objeto *durável* que não é consumido imediatamente, mas é utilizado para fins que não são propriamente os da vida biológica (MAGALHÃES, 2006, p. 3).

O valor desses objetos resulta do "consenso dos homens" acerca da utilidade destes objetos. Neste processo, o homem passa a pertencer a este mundo que é diferente do natural, cria-se um "reino durável" (MAGALHÃES, 2006).

Por fim, a ação é a única atividade que ocorre de modo direto entre os homens, sem a interferência da matéria ou dos objetos. Essa ação humana está ligada à esfera política da vida humana, e corresponde à condição humana da pluralidade, isto é, a necessidade do homem em conviver entre seus pares. A sua origem é social, por meio do discurso e da ação, o sujeito insere-se no mundo; pode-se pensar em um segundo nascimento. “A ação, com todas as suas incertezas, é como um lembrete sempre presente de que os homens, embora tenham de morrer, não *nasceram* para morrer, mas para iniciar algo novo” (ARENDDT, 2005 p. 196).

- **Relações de poder no trabalho e contemporaneidade**

Outros autores também passaram a discutir o trabalho no sistema capitalista, principalmente, sua conexão com a reprodução das relações de poder e dominação. Ao longo do tempo e do desenvolvimento capitalista, o trabalho foi se transformando, tal como as técnicas de dominação atreladas a ele. No século XIX, a evidência desses mecanismos de exploração foi apontada por Marx que escreveu sobre a separação do trabalhador dos meios de produção e objetos produzidos, um dos aspectos envolvidos no processo de alienação (ALVES; BENITES, 2001).

As relações de poder, as técnicas de dominação e assujeitamento, não só no trabalho, mas nos espaços e atividades cotidianas em geral, também foram estudadas e discutidas por Foucault. Essas tecnologias funcionam como “mecanismos que nos prendem a nós mesmos, que nos tornam reféns de identidades e aprisionam as subjetividades” (ALVES; BENITES, 2001, p. 93). Essas maneiras de sujeitar o outro, no entanto, não permanecem as mesmas e sim se transformam durante os anos e conforme as relações evoluem. Deleuze (1992) oferece uma perspectiva de transição: de uma sociedade disciplinar, caracterizada por seus distintos dispositivos de controle e contextualizada num período anterior à segunda guerra mundial, para uma sociedade do controle, contendo novos e diferentes meios de dominação, com uma flexibilidade e alcance mais amplos. Apesar da separação, os dispositivos e técnicas de poder das diferentes “sociedades” se encontram concomitantemente em movimento e ação num mesmo período.

Controla-se a sexualidade das pessoas, o pensamento e discurso dos cidadãos, enquanto no espaço de trabalho, se controla o tempo, o espaço da fábrica que deve ser ocupado, a forma do movimento corporal. Enfim, há uma regulamentação do homem, as

ciências operam para extrair do corpo toda a força e eficiência possível a favor da disciplina e da produção (ALVES; BENITES, 2001).

Com o passar dos anos tais relações foram se transformando e as técnicas de dominação se expandindo, se alternando. Do controle exterior, da vigilância de um outro, a dominação passou a ser introjetada, a disciplina foi se tornando autodisciplina, a vigilância é constante e exercida pela própria pessoa. O controle pelo Estado passa a ser o controle pelos outros e, ainda, por si próprio.

[...] todas as práticas discursivas e não discursivas contemporâneas que valorizam a participação do trabalhador, o seu engajamento criativo, o seu comprometimento no trabalho e que significa, nas suas últimas consequências, formar uma família com os membros da empresa [...] (ALVES; BENITES, 2001, p. 95).

Nesta nova forma de sociedade, diferente da sociedade disciplinar, na qual os saberes e as técnicas forjavam um homem confinado, individualizado, produtor de energia, o controle passa a ser em curto prazo, contínuo e ilimitado. Nessa sociedade, o ser individual, a subjetividade privatizada, é trocada pelo ser senha, que vai garantir o acesso ou a rejeição. Da fábrica com vigilância e confinamento, muda-se para à empresa, do controle contínuo e distribuído (ALVES; BENITES, 2001).

No capitalismo contemporâneo, não basta que o corpo esteja sob controle, é necessário que a mente também esteja. Ocorre não só a criação de regras, de normas, mas a criação e o estabelecimento de valores, formas para os afetos e maneiras de pensar.

Surge o discurso acerca da necessidade do autocontrole, este sendo considerado uma habilidade interpessoal do trabalhador, principalmente no campo da prestação de serviços, isto é, no trabalho imaterial, que envolve o contato, a interrelação pessoal, a produção de afetos. É necessária a produção de um bem imaterial, um produto cultural, conhecimento ou comunicação (ALVES; BENITES, 2001). Esse tipo de trabalho cresceu muito na contemporaneidade e hoje é modelo predominante. Sua predominância e amplitude devem ser notadas, pois, “o trabalho imaterial representa uma dimensão importante do processo de produção da vida, pois ele se insere no contexto biopolítico da sociedade do controle” (ALVES; BENITES, 2001, p. 98). Sendo assim, o trabalho imaterial tem grande importância e função na difusão do controle e na subjetivação dos trabalhadores e da população.

Portanto, na sociedade contemporânea, o trabalho além de produzir bens, materiais ou imateriais, produz e é produzido por uma subjetividade, denominada por Guattari (1986) de subjetividade capitalística. Tal subjetividade é composta por modelos de identidades, enunciados, percepções de mundo, que tendem à homogeneização dos modos de expressão, adaptando e institucionalizando as singularizações.

Apesar disso, onde há técnicas e dispositivos de controle, há também técnicas e dispositivos de resistência (FOUCAULT, 1999 apud ALVES & BENITES, 2001). Além do caráter difusor de controle que o trabalho imaterial possui, existe também um emaranhado de possibilidades e potencialidades de fuga, de resistência e de singularização, dos trabalhadores e dos usuários desses serviços.

c) Reuniões Periódicas

Foram realizadas reuniões periódicas com a finalidade de debater os estudos sobre a profissão Psicólogo e para aprimorar os procedimentos de coleta e análise de dados.

- **Psicologia: Ciência, trabalho e Identidade**

A identidade profissional das diferentes categorias é formada em um determinado contexto social, histórico e político, portanto está em constante movimento, e se estabelece quando um grupo de profissionais adere a um mesmo conjunto de ideias, pressupostos teóricos e metodológicos que orientam o exercício da atividade profissional. No caso da psicologia, a partir da formação acadêmica o estudante entra em contato com uma série de concepções sobre a profissão e seu campo específico de competências, que são transmitidas por meio de disciplinas, estágios, supervisões e cursos complementares. Essas experiências são extremamente relevantes para a construção da identidade profissional, uma vez que a partir delas o aluno aprende o que é ser psicólogo (MAZER e MELO-SILVA, 2010).

Os psicólogos construíram sua identidade profissional por meio do seu objeto de estudo, que é a subjetividade, reservando para si os saberes e práticas que a explicam. Seu campo de saber se formou a partir da observação, da atuação clínica e do uso de testes. Tais práticas partiam de uma crença na neutralidade profissional que, embebidas pela ideologia dominante, tinham o objetivo de garantir o mesmo rigor e cientificidade das ciências naturais (DIMENSTEIN, 2000; REIS e GUARESCHI, 2010).

Entre as principais atividades desenvolvidas pelos(as) psicólogos(as) que acreditam nessas práticas unicamente técnicas, de saber instrumental, que os colocam

numa posição definidora de rotinas entendidas como a melhor maneira de condução do cuidado para com o outro, estão ações que definem comportamentos que diminuem conflitos familiares e sociais e também inabilidades frente à realidade que se encontram. O atendimento aos usuários ocorre a partir da escuta e encaminhamento para o setor sócio assistencial, o que indica que tais profissionais compreendem o cuidado a partir de um enfoque estritamente instrumental, sem reconhecer os usuários ou própria comunidade como também coparticipantes da produção de saúde (MACEDO; DIMENSTEIN, 2009, p. 295).

É consenso na literatura (BOSI; FREIRE; CARVALHO, 2009; DIMENSTEIN, 2001; RONZANI; RODRIGUES, 2006; YAMAMOTO *et. al.*, 2010; GONDIM; BASTOS; PEIXOTO, 2010; DURÁN-GONZÁLEZ; HERNÁNDEZ-RINCÓN; BECERRA-APONTE, 1995; MARTÍN-BARÓ, 1996) que os modelos curriculares dos cursos de graduação em psicologia treinam os estudantes especialmente para a prática clínica, e deixam de construir diálogos fundamentais sobre a saúde e sua interface com o contexto social, sobre políticas públicas, e outros modos possíveis de atuação juntamente com distintos saberes, a fim de não anular as necessidades e singularidades do usuário.

No contexto brasileiro, o ensino da psicologia a partir da segunda metade do século XIX esteve voltado para o controle social e para a patologização do comportamento inadequado. A psicologia “penetrou em toda a sociedade sem estar necessariamente comprometida com a produção de conhecimentos na perspectiva de transformação das práticas e ideologias dominantes em nossa sociedade” (DIMENSTEIN, 2000, p. 103).

Yamamoto *et. al.* (2010) sustentam a ideia de que é necessário um olhar cuidadoso sobre o ensino da graduação, especialmente sobre o que fazemos cotidianamente nas instituições de ensino e concluem que o psicólogo é um dos profissionais que mais investe em sua profissão, resta saber se tal investimento deriva de uma condição intrínseca ou de debilidades reconhecidas na sua formação, demandando complementação contínua.

Dimenstein (2000) afirmou que a maioria dos estudantes de psicologia no país aspiram ao ideal liberal de atuar com seus iguais, a classe média urbana, bem como ter uma formação voltada para a clínica dentro do modelo de atendimento individual. É essa a imagem da profissão mais conhecida e valorizada pelos profissionais e pelo

público leigo. A autora endossa que os cursos nas universidades são apolíticos e, justamente por isso, se distanciam do social e se aproximam às ideias e valores hegemônicos da ideologia individualista. Certamente, no passar desses anos, mudanças ocorreram nos currículos em psicologia, mas cabe perguntar se essas mudanças ocorreram de forma a alterar não apenas os conteúdos, mas se também afetaram o posicionamento dos atores sociais (professores e estudantes) envolvidos no processo de formação profissional frente ao conhecimento e ao seu papel social.

É preciso se considerar que, em sua maioria, os cursos de psicologia não preparam os futuros profissionais para lidar com demandas sociais diversificadas; pouco se debate sobre trabalho com grupos; saúde coletiva; políticas públicas; educação; trabalho. Se o psicólogo se vê diante de situações para as quais não se sente preparado, recorre ao modelo predominante que serve como referência, sem avaliar criticamente sua adequação para o contexto. “Então, a ausência de formação é compensada pelo uso de um modelo teórico-metodológico de atuação que, embora seja reconhecido socialmente, não contribui de modo efetivo para o contexto em que se pretende atuar.” (GONDIM; BASTOS; PEIXOTO, 2010, p. 182). Nesse sentido, o psicólogo enfrenta dificuldades para se desvencilhar do modelo que, historicamente, lhe confere identidade social.

É nesse cenário que vão se constituindo diversas cisões como, por exemplo, indivíduo e coletivo, subjetivo e social e psicologia e política, que desde muito tempo são perpetuadas no decorrer da formação acadêmica (BOARINI, 2007; REIS e GUARESCHI, 2010). Essa construção asséptica e descomprometida do conhecimento da psicologia é o que tem caracterizado também a formação em psicologia. Tal formação foi sendo efetivada, majoritariamente, por um olhar tecnicista voltado para o aprendizado da utilização de instrumentos e técnicas que apresentassem respostas corretas e precisas, sem se voltar para uma reflexão sobre a ideia que embasa tais práticas e os efeitos destas no cotidiano dos sujeitos com quem interagem (REIS E GUARESCHI, 2010).

Na tentativa de transformar essa realidade a partir do processo de formação o Ministério da Educação (MEC) regulamentou no ano de 2002 as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Psicologia, que preconizam uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

a) Construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;

- b) Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;
- c) Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
- d) Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- e) Respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas;
- f) Aprimoramento e capacitação contínuas.

Contudo, mesmo com essas novas Diretrizes Curriculares Nacionais diversos estudos apontam que ainda existe pouca ênfase nas discussões entorno das teorias e intervenções que sustentam o paradigma psicossocial (MACEDO e DIMENSTEIN, 2010). Em decorrência dessa formação, os profissionais cultivam uma identidade profissional cristalizada e apolítica, que ao psicologizar os indivíduos, o cotidiano e a vida social, acabam contribuindo para a manutenção do *status quo*.

d) Coleta de dados

A proposta desta pesquisa foi explorar os discursos dos entrevistados acerca dos sentidos atribuídos ao trabalho do psicólogo. Este estudo descritivo-analítico não visa a generalização e comprovação de hipóteses, mas sim a identificação de temáticas e a compreensão crítica dos efeitos destes discursos na sociedade. Para tanto, lançamos mão de duas estratégias para estabelecer o diálogo com os sujeitos de pesquisa: entrevistas abertas e grupos focais. Consideramos que a atividade grupal é potencialmente mais rica quanto à possibilidade de discussão e reflexão dos participantes. Contudo, a formação de grupos se demonstrou uma tarefa difícil nas condições de uma grande cidade como São Paulo.

As entrevistas e as atividades coletivas convidam os participantes à livre expressão e a problematização de respostas. Entendemos que são espaços no qual sentidos são produzidos, compartilhados e transformados. Apreendemos o ponto de vista dos entrevistados por meio do diálogo, facilitando a ampliação e o aprofundamento do encontro intersubjetivo (MINAYO, 2007).

As entrevistas e discussões em grupo focaram os seguintes aspectos: a) o posicionamento dos estudantes sobre o papel do psicólogo na sociedade brasileira: quais as ações relevantes e como elas devem ser executadas; b) quais suas expectativas profissionais e quais são seus projetos futuros (a curto, médio e longo prazo); c) as dificuldades e os desafios que serão enfrentados na profissão; d) as expectativas pessoais em relação à profissão; e) as contribuições da graduação para a vida profissional.

3) APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Participaram da pesquisa 30 colaboradores, estudantes que estavam cursando o último ano da graduação em psicologia de uma única universidade. Trata-se, portanto, de um estudo de caso.

De maneira geral, os participantes possuíam idade entre 22 e 25 anos de idade, a maioria não trabalhava e oito trabalhavam em outras áreas fora da psicologia. Todos estão cursando três estágios obrigatórios pela universidade. É importante destacar que as opções de estágio se dividem entre a área da clínica e a institucional, sendo obrigatório todos os alunos cursar pelo menos um estágio em cada área.

A seguir, apresentamos um panorama das opções escolhidas pelos participantes desta pesquisa, pois esse primeiro elemento já indica inclinações e expectativas acerca da profissão. As modalidades Psicologia Comunitária e Saúde foram as mais escolhidas pelos alunos. A primeira modalidade insere-se nos estágios em Psicologia Institucional e se orienta pelos princípios da Psicologia Social e desenvolve-se em diversos locais: desde equipamentos públicos de saúde, de educação, de assistência social, cultura e lazer até organizações não governamentais. A modalidade Saúde engloba a atuação em saúde básica, o contexto hospitalar e a Saúde Mental. Mesmo sendo um estágio da área clínica, também oferece opções de trabalho com grupos e coletivos. O estágio em Psicologia Escolar aparece em terceiro lugar nas opções e inclui trabalhos institucionais em escolas da rede pública e privada. Outra modalidade de maior preferência entre os alunos foi a Psicoterapia Breve (adultos, adolescentes e crianças), nesse caso, as atividades são orientadas pelos princípios da psicanálise psicodinâmica e são realizados na Clínica-Escola da Universidade.

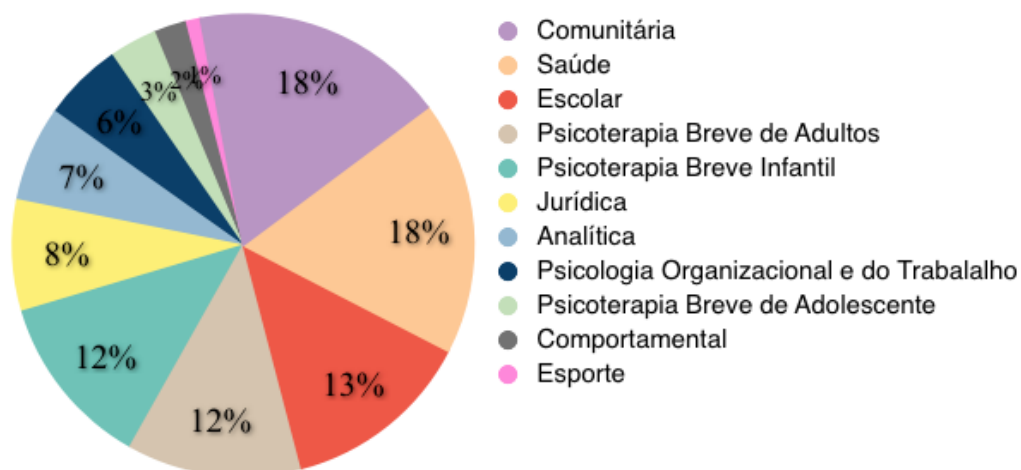


Gráfico 1: Escolha de estágio dos participantes da pesquisa. Amostra: 90 opções

Pode-se pensar, então, que as opções em comunitária, saúde e escolar somadas representam aproximadamente metade das opções disponíveis, ou seja, possivelmente uma das três opções de estágio destes colaboradores está neste grupo. É importante retomar que mesmo o estágio em saúde estando na área da clínica, ele também oferece opções de atuação em instituições com trabalhos em grupos e em demandas institucionais, ou também seguindo a lógica da clínica ampliada, como estágios como Acompanhamento Terapêutico, não se limitando apenas a atendimentos individuais em setting clínico.

- **Entrevistas e Grupo Focal**

Foram realizados 5 grupos, com a participação de 27 sujeitos e 3 entrevistas individuais totalizando uma amostra de 30 colaboradores. De forma livre e esclarecida, todos consentiram em participar.

De maneira geral a proposta desta temática nos grupos focais e nas entrevistas foi bem acolhida pelos participantes, eles se demonstraram confortáveis na discussão. Alguns colaboraram com a divulgação da pesquisa, convidando seus colegas a participarem. De forma geral, reconheceram a atividade como espaço de reflexão e discussão de questões muito pertinentes ao seu momento de vida: “Achei legal falar sobre essas questões, principalmente agora que estou me formando...” (Relato no Grupo 3).

Foi interessante, porque são coisas que eu nunca parei pra pensar, pensar a psicologia pra mim, sei lá, parar pra refletir essas coisas [...] eu não paro meu

dia-a-dia pra pensar em coisas mais filosóficas [...] sabe, o dia-a-dia é tão automático! (Entrevista 2)

- **Análise e discussão dos resultados**

Nessa pesquisa, adotamos os pressupostos que sustentam a pesquisa social, isto é, consideramos os participantes como pessoas que, pertencentes a determinado grupo social apresentam crenças, valores e significados próprios de seu grupo de origem. Portanto, nosso objeto de estudo não deve ser revelado apenas através de números. Em nossa busca qualitativa, a ênfase não está na possibilidade de generalizar ou provar hipóteses relacionadas ao fenômeno, mas em identificá-lo e compreendê-lo (MINAYO, 2007). A análise se apoiou na proposta de Análise de Conteúdo descrita por Bardin (2000), que se presta a estudar valores, crenças e conteúdos sobre os temas escolhidos, o que confere um sentido especial e singular a cada um deles.

As entrevistas e os grupos focais foram gravados e transcritos e seguimos o processo de análise descrito por Bardin (2000) que define três momentos específicos. Primeiro a pré-análise onde há a organização e preparação do material, seguida pela leitura flutuante das transcrições, e a formulação de hipóteses e elaboração de indicadores. Em seguida, explora-se do material do qual emergem percepções e eixos temáticos comuns nos discursos dos colaboradores que sustentam a produção de categorias temáticas. Por fim, a fase de tratamento dos resultados e interpretação na qual os resultados obtidos são relacionados ao escopo teórico, permitindo a criação de conclusões que levem ao avanço da pesquisa.

Foram criadas 3 categorias gerais de conteúdo: 1) Trabalho e Técnica; 2) Profissão e Carreira e 3) O Papel do Psicólogo.

- **Trabalho e Técnica.**

A primeira categoria apresentada agrupa conteúdos presentes associados ao trabalho e a técnica do psicólogo. Aqui discutimos as concepções de trabalho apresentadas pelos estudantes e a qualificação que fazem das mesmas.

- **Distanciamento do trabalho**

Constatou-se grande distanciamento dos entrevistados em relação ao mundo do trabalho e do trabalho do psicólogo, a maioria nunca dos entrevistados nunca trabalhou e apesar dos estágios em curso, não houve o reconhecimento dessa atividade como

trabalho em Psicologia. Houve expressão de grande expectativa e apreensão a respeito da vida profissional:

A impressão que eu tenho é que vai ser muito difícil, um desafio essa mudança drástica, né? Você está desde os seus cinco anos no papel de aluno, aí você chega, se forma na faculdade e meu, você não é mais aluno sabe? Tiraram de você um papel que estava com você há tanto tempo. (Entrevista 3)

Nos relatos, as possíveis áreas de trabalho e possibilidades de atuação foram descritas como limitadas. Esta ideia ficou clara no momento em que os participantes da pesquisa eram convidados a refletir sobre os próximos passos após a formação. Nos grupos estimulamos os colaboradores a compartilharem seus planos para o ano seguinte, após a formação. Este momento foi marcado por relatos de incerteza e pela sensação de existirem poucas opções para a carreira, conforme trecho destacado abaixo:

[Eu estou] Meio frustrada porque eu reparei que eu sempre fui muito boa aluna, estudante eu fui ótima, mas profissional eu já não sei. É muito diferente, eu fiquei acostumada a ler tirar as notas, e quando chega na prática em que livro eu vou buscar isso? Tem um lado que a gente aprende na teoria, tem outro que a gente tem que viver.” (Grupo 1)

Eu não faço a menor idéia do que vou fazer ainda. É até difícil falar sobre isso, esse começo parece tão complicado. (Grupo 2)

O principal ponto abordado durante as discussões acerca do trabalho e a formação em psicologia foi a divisão entre dois grandes campos de atuação que vivem em tensão: a atuação e técnica nos campos da Psicologia Clínica e da Psicologia Social. Trata-se de uma tensão entre os ideais para a profissão e os ideais para o trabalho. Os dados sugerem que a identidade do psicólogo pode estar começando a sofrer alterações, conforme fragmento abaixo:

Eu acho que eles tentam demonstrar [na faculdade] que a gente não faz só clínica, por exemplo, social seria mais uma coisa, a questão comunitária. Este envolve outras técnicas diferentes do que a gente usa na clínica, tipo uma roda de conversas... (Entrevista 1)

Pelo menos na minha experiência eu acho que nós tivemos professores e discussões muito enriquecedoras na parte de social, mas clínica também é muito forte aqui principalmente pelas várias IAPs. (Grupo 3)

Como vimos na revisão da literatura (BOSI; FREIRE; CARVALHO, 2009; DIMENSTEIN, 2001; RONZANI; RODRIGUES, 2006; YAMAMOTO *et. al.*, 2010;

GONDIM; BASTOS; PEIXOTO, 2010; DURÁN-GONZÁLEZ; HERNÁNDEZ-RINCÓN; BECERRA-APONTE, 1995; MARTÍN-BARÓ, 1996) os cursos de graduação em Psicologia enfatizam a prática clínica. Porém vemos a vertente social também destacada pelos colaboradores. Pode-se entender este fenômeno como parte de um esforço da área psicológica em dar ênfase às discussões entorno das teorias e intervenções que sustentam o paradigma psicossocial. Neste sentido, é importante retomar as mudanças nas Diretrizes Curriculares Nacionais a partir de 2002, dentre elas podemos destacar “a compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais; e a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão” (MEC, 2002).

○ **A prevalência da tradição clínica e as expectativas econômicas**

Durante as entrevistas e grupos focais, a prática clínica foi descrita como a mais consolidada na sociedade e no imaginário dos alunos quando ingressam na graduação. Todos participantes nos grupos focais relataram ou concordaram que no início da formação, as expectativas em relação ao trabalho eram todas dirigidas para o trabalho clínico e que essa perspectiva se ampliou ao longo do curso.

A maioria dos entrevistados concorda que a clínica é uma área hegemônica na sociedade e que existe uma grande expectativa para a atuação nesta área. Portanto, muitos planejam sua carreira neste sentido. Inicialmente, veem com dificuldades o ingresso no mercado de trabalho, mas futuramente, a carreira clínica é muito promissora e lucrativa. Existem expectativas econômicas e de reconhecimento social para essa prática.

Existe uma pressão muito forte de você ter que fazer um trabalho clínico. Para a maioria dos colegas que eu falei que não peguei nenhum estagio na clínica eles falavam Mas como assim, você não pegou nenhuma clinica? E eu falei "mas eu peguei uma clínica, eu estou no CAPS*" mas eles não consideram este tipo de clinica uma clínica. E que tem que ser necessária para você ser psicólogo. (Grupo 1)

Não imagino que vou só viver da clínica nesse tempo, claro que não, estou pensando agora na clínica e num trabalho paralelo. Eu gostaria de trabalhar em uma escola, e talvez, não foi muito a minha cara o RH, mas quando a gente vai pondo o pezinho para fora da faculdade a gente vê a importância né, então quem sabe, é possível também. (Entrevista 2)

Os relatos parecem confirmar os achados de Dimenstein (2000) à mais de dez anos atrás. Eles demonstraram que a maioria dos estudantes de Psicologia no país aspiram ao ideal liberal, atuar dentro do modelo de atendimento clínico, privado e individual. É essa a imagem da profissão mais conhecida e valorizada pelos profissionais e pelo público leigo. A clínica foi definida pelos estudantes como uma técnica e maneira de atuar específica. Consiste num modelo de atendimento individual, tradicional, de alto custo, que auxilia no cuidado de transtornos e doenças mentais envolvendo uma ampliação da consciência e fortalecimento pessoal do paciente. Esta possui como principal instrumento a escuta e atua embasada num conhecimento científico previamente consolidado, com destaque a abordagem psicanalítica. Conforme trechos a seguir: “A clínica é o modelo ortodoxo individualizado, consultório, porta fechada.” (Grupo 1); “Eu acho que mais na clínica é para fazer os clientes, os pacientes abrirem as possibilidades, expandir a consciência, sei lá.” (Entrevista 3); “Eu acho que o psicólogo hoje ainda tem uma concepção de cuidar de transtornos, de maneiras mais individualizada e sempre da doença mental.” (Grupo 3)

Eu acho que a nossa escuta está muito baseada nos nossos referenciais teóricos. Ela não é uma escuta de senso comum, é uma escuta terapêutica baseado na sua bagagem interna. (Grupo 2)

Analisando o discurso dos alunos, percebe-se que a Psicologia continua sendo pensada como a ciência do “sentido interno” (introspectiva), ciência do “sentido íntimo” (SAVAZZONI, 2012). No trecho destacado anteriormente um estudante destaca a “bagagem interna” (sic) como diferencial do psicólogo, neste sentido pode-se pensar o determinismo subjetivo e individual no trabalho do psicólogo advindos com forte influência da concepção de homem da psicanálise.

Bosi (2009) alerta para o fato de que os psicólogos clínicos, ao migrarem para o campo da saúde, acabam reproduzindo saberes da clínica tradicional privada sem problematizar esse novo contexto de trabalho. Há, portanto, sobreposição destas concepções ao pacto social presente no SUS.

Os entrevistados reconhecem que a hegemonia do pensamento clínico também é construída ao longo da formação, com destaque maior a abordagem psicanalítica.

A gente (SIC) não teve nada de Lacan, muito pouco tempo de fenô (SIC) e Psicodrama e muito de Psicanálise, tá guiando muito a gente pra ser um psicanalista. Tá falando “Seja psicanalista!”, mais ou menos isso.” (Grupo 2)

Isso foi bem doído, lembra na aula de ética [...] que tinha uma questão que falava de um problema ético? Na correção a professora falou que apenas duas

peças deram exemplo institucional. O meu pensamento durante o curso inteiro foi para trabalho institucional, e eu sempre quis trabalho institucional e eu dei um exemplo em clínica. E aí eu falei, muito bom né? Mesmo com todo ensinamento em trabalho institucional e todas as atuações que não a clínica privada, individual e cara, parece que isso está dentro da psicologia de um jeito muito forte. (Grupo 1)

Neste sentido, os entrevistados reconhecem a grande influência da formação na construção de sua postura profissional. Diversos autores atentam para a predominância da prática clínica nas matrizes curriculares de graduação em psicologia em detrimento de outras áreas e abordagens. (DIMENSTEIN, 2001; GONDIM; 2010). Com isso há uma perda de diálogos fundamentais sobre o papel da psicologia na saúde, nas políticas públicas, e em outros modos possíveis de atuação.

○ **A Psicologia Social**

Mesmo os entrevistados reconhecendo a clínica prática que caracteriza o psicólogo, em três grupos e em uma entrevista reconheceu-se um movimento de ampliação, até como uma busca por novas oportunidades de trabalho para a área. Porém, neste processo, admitem a supremacia desta forma de atuação e técnica sobre as demandas das populações, e reconhecem que há uma tendência para se aplicar o modelo clínico na escola, na empresa e em outros espaços. Isto é, entendem que o trabalho deve consistir em uma transposição do modelo clínico para outros espaços. Os trechos abaixo ajudam a compreender esse aspecto.

Nós somos ainda educados literalmente na graduação a sermos psicólogos clínicos e por falta de opção, ou por retorno financeiro acabamos trabalhando em instituições. [...] A gente tem que ter esse raciocínio clínico de uma escuta individualizada mesmo se você estiver numa instituição. (Grupo 1)

O psicólogo também dentro das empresas, eu acho importante. Ter um psicólogo clínico, assim, poder ouvir os problemas das pessoas, ou ter também um outro psicólogo institucional pra poder ver a instituição como um todo, tanto um como o outro é importante. (Entrevista 1)

Verificamos nestes trechos aspectos importantes como a diferenciação entre o trabalho clínico o institucional e social, esta última surge em grande tensão e contraposição a clínica no discurso dos estudantes. São concepções diferentes, com visões de homem, de trabalho e técnicas distintas. Para os participantes, o trabalho nas instituições consiste em uma estratégia econômica imediata, uma estágio anterior à

consolidação do projeto do consultório privado. A psicologia social foi descrita, como uma prática menos consolidada e pouco delimitada do ponto de vista técnico.

Eu fiquei pensando assim na clínica, na minha experiência em PBA, se ela me trazer um problema, ou uma dificuldade sociais ou por conta de sua relação institucional eu não saberia como trabalhar isso a nível social, eu poderia fortalecer ela. Eu me sentiria negligenciando uma demanda social. (Grupo 3)

Por outro lado, aqueles entrevistados que apresentaram maior clareza acerca da psicologia social e suas teorias e técnicas, a descreveram como um pensamento ampliado e problematizador que reconhece a influência institucional nos sujeitos, assim como o contexto sócio-histórico. A técnica foi descrita como coletiva e política, e sempre de acordo com uma demanda, ou seja, definida *à posteriori*.

O psicólogo institucional [é importante] pra poder ver a instituição como um todo, tanto você ajudar na instituição, como aquela pessoa que tá em conflito. O psicólogo também dentro das empresas, eu acho importante. (Grupo 3)

Por exemplo, social, a questão comunitária, seria outros tipos de técnica que iriam ser usadas diferente do que a gente usa na clínica, seria às vezes, uma roda de conversa. (Grupo 4)

Estas concepções são compartilhadas por Martin-Baro (1996) para o qual o psicólogo deve estar implicado em entender os fatores sociais, trazendo para uma consciência crítica e não um olhar de uma consciência em si. Ele deve desvelar as alienações sociais, as relações de dominação sempre localizando na história a produção destes saberes.

Geralmente, estes alunos cientes da psicologia social eram identificados com esta abordagem e, no decorrer dos grupos focais, afirmaram uma postura militante em psicologia social.

Eu me sinto até mal de falar, acho muito importante você ter essa visão de problematizar e pensar numa questão relacional, no sistema como um todo. Só que eu penso que eu não sei se todos os profissionais vão conseguir atuar nisso. O importante é você ter essa concepção para conseguir trabalhar. (Grupo 2)

Por isso que falei que é muito importante que todo o psicólogo, independente de ser clínico ou não, tem que ter essa visão do todo, problematizar, trabalhar a autonomia e esse tipo de crescimento. Mesmo na clínica você tem que ter

esse olhar social, Freud já dizia isso, psicologia existe quanto psicologia social. (Grupo 5)

Eu senti um pouco ao longo do curso, mais da parte social, um pouco de preconceito da clínica, como se fosse algo muito da burguesia, de gente alienada que não pensa no social. (Grupo 1)

Mesmo com tensões, todos os entrevistados concordavam com a expectativa que a área social e comunitária possui menor visibilidade na sociedade oferece menor remuneração e menor prestígio. No relato dos alunos a atuação em instâncias públicas era descrita como mais difícil por enfrentar burocracias, ser mal remunerada. Também relataram sentirem-se despreparados. Para a maioria dos entrevistados a carreira pública era encarada como última alternativa.

Acho que essa questão do consultório é muito importante porque o Brasil, por ser um país que possui muitos problemas sociais, o papel do psicólogo seria muito mais comunitário, que não é o que é valorizado. (Grupo 3)

Eu acho que devem existir alguns cargos em instituições para psicólogo que talvez não paguem muito bem, e que talvez seja uma vantagem que o aluno que acabou de se formar tem, talvez seja mais fácil conseguir esses cargos. (Entrevista 2)

Assim, no discurso dos alunos vemos também a tensão entre o público e do privado. O público é desprestigiado em função da remuneração e das dificuldades de atuação. Enquanto o privado, por mais que tenha um retorno financeiro demorado, possui um status social e demonstra ser mais rentável e de mais prestígio, como nas seguintes falas:

A eu gosto muito de social, mas eu preciso me alimentar também, não sei como vai ser. (Grupo 4)

Acho que essa questão do consultório é muito importante porque o Brasil, por ser um país que possui muitos problemas sociais, o papel do psicólogo seria muito mais comunitário, que não é o que é valorizado. (Entrevista 3)

A avaliação do setor público parece mais influenciada por ideais neoliberais do que pela própria realidade do trabalho do psicólogo. No levantamento de Bastos (2010) vê-se que a psicologia possui diversas portas de entrada para recém formados que vão além do trabalho autônomo.

- **Profissão e Carreira do Psicólogo**

A gestão de carreira está intrinsecamente relacionada aos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos (CHANLAT, 1995) e a esses aspectos entrelaçam-se a fatores internos construídos por bases afetivas (AMORIN, 2007).

Soma-se a esses fatores externos e internos, a introdução do século XX das bandeiras do modelo econômico capitalista e neoliberal: a liberdade e êxito individual. Este quadro amplia a discussão teórica de gestão de carreiras e sistematização de teorias a respeito, e também a prática que demanda que os sujeitos escolham, planejem uma gestão de carreira dentro de uma pluralidade de opções profissionais não existentes anteriormente (CHANLAT, 1995).

Com a sistematização de teorias a respeito, houve uma diferenciação dos conceitos de carreira e profissão. Netto (1996) nos traz a concepção de que o surgimento de qualquer *profissão* está atrelado às demandas histórico-sociais, mas que diferentemente da carreira necessita de umas fundamentações teórica e científica. Consideramos nesse trabalho *profissão* como uma categoria que surge de um duplo movimento (i) demandas socialmente colocadas, e (ii) forças teóricas e práticas sociais, que em um movimento dialético legitimam a criação de uma dada profissão.

Amorim (2007) acrescenta à discussão de carreira a dimensão temporal, que na Psicologia, representaria “[...] um conjunto variado de atividades que pode se alterar ou não ao longo da vida profissional de um indivíduo – constituindo a carreira do psicólogo.” (p. 35). Mazer & Mello-Silva (2010) incluem a identidade profissional como um dos fatores envolvidos na construção de carreiras, uma vez que a identidade implica a combinação de vários papéis, enriquecendo e combinando a gestão de carreira profissional com aspectos singulares e significativos da constituição do sujeito.

Nesse trabalho adotaremos a visão de Super (1980) que compreende a carreira como:

A combinação e a sequência dos papéis desempenhados por uma pessoa durante o curso de sua vida. Esses papéis incluem os de criança, estudante, cidadão, trabalhador, esposo(a), familiar e aposentado, entre outras posições associadas a expectativas de papéis que são ocupados pela maioria das pessoas e de outros menos comuns, tais como o de criminoso e o de doente mental, entre outros (apud MAZER & MELO-SILVA, p 277, 2010).

Há em comum entre esses autores a combinação de fatores extrínsecos e intrínsecos ao sujeito, a mobilidade da carreira como um percurso não linear,

entrelaçados e mobilizados por papéis identitários e significativos na constituição do sujeito.

Como afirma Mazer & Melo-Silva (2010), a condição de recém-formado traz ao universitário tensões relacionadas à constatação de que a formação não está completa com a graduação, e que essa trajetória serviu como base para as experiências e novos caminhos para a construção de sua carreira e identidade profissional, essa fala pode ser ilustrada com a fala da Entrevista 1:

Bom, eu acho assim, a gente – quando falo a gente, estudantes né – a gente fica com um pouco de receio de falar sobre concorrer no mercado de trabalho porque somos inexperientes, mas isso sempre vai ser assim porque a gente acabou de se formar, ou está se formando, é um desafio natural e necessário. (Grupo 5).

Considerando essas concepções de carreira e profissão, discutiremos a concepção trazida pelos participantes da pesquisa, quanto a (I) valor da profissão; (II) Estereótipos Sociais; e a questão da cientificidade (III) Científica/Especialista.

▪ O valor da profissão

Foi possível notar nos discursos dos estudantes, um sentimento de desvalorização da profissão, em que a questão financeira foi destacada como principal indício dessa baixa estima, de modo que, na Entrevista 2 registramos o seguinte discurso:

Então a questão financeira, eu acho que é o que vai pegar, que eu já vejo, já tô esperando enfrentar, não espero ganhar muito logo no começo, já vou estar preparada a ficar com pouco dinheiro, digamos assim. (Entrevista 2)

Ainda com relação à remuneração do trabalho do psicólogo, foi levantado que dentro da psicologia há uma escala de valorização, em que determinadas áreas têm menor reconhecimento, em especial a área social, do que outras. Nesse caminho, um integrante do Grupo 3 ressalta: “*eu gosto muito de social, mas eu preciso me alimentar também, não sei como vai ser ...*”. Bastos, Godim e Andrade (2010) fomentam esta fala quando salientam que a psicologia social está fora do rol das profissões bem pagas. Os autores também apresentam a remuneração e o maior espaço no mercado de trabalho como fatores importantes para a escolha de uma área. Nessa perspectiva, em três grupos e em duas entrevistas, os graduandos disseram ter interesse em atuar na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, especificamente em Recursos Humanos,

relatando que é um campo que dispõe de mais oportunidades no meio laboral e que fornece um maior retorno financeiro.

Os relatos revelaram, com bastante frequência, a pretensão dos estudantes em inicialmente trabalharem nas organizações, que teria um retorno financeiro maior e mais rápido e, posteriormente, atuarem naquilo que realmente desejavam no âmbito da Psicologia. Dessa forma, o trabalho nas organizações serviria ao recém-formado como um meio e não um fim. Vale destacar a reflexão de um dos participantes do Grupo 1: “quando falamos do que é melhor pago e pior remunerado estamos falando do que a sociedade valoriza mais”.

Em outro relato, o entrevistado ressalta a condição oposta, a supervalorização da psicologia, como uma necessidade inequívoca da sociedade. No entanto, compreende-se nos discursos que a presença obrigatória da psicologia está direcionada para uma inserção individualizada e voltada para o autoconhecimento de cada pessoa, não se trata de olhar para uma identidade coletiva na qual se apresentam singularidades, mas para o indivíduo. Nesse sentido, a trecho que segue, exemplifica o ideal de uma profissão necessária para todos:

Acharia bom todo mundo tomar conhecimento da Psicologia pra poder se auto, pra poder refletir, se ver, ou seja, isso aí eu acho que seria psicologia nas escolas mesmo, porque desde pequeno pra pessoa conseguir ter mais conhecimento de si mesma. O futuro que eu vejo é a psicologia mais presente na vida das pessoas, no geral. [...] Eu acho assim, é difícil o psicólogo ajudar a todos, primeiro, por causa, disso de psicólogo ser coisa de louco, tem que tirar isso primeiro para poder entrar na vida das pessoas. Poder entrar na casa de cada um pra poder ser recebido. (Entrevista 2)

Na tentativa de sistematizar a trajetória profissional após a formação, viu-se que os participantes têm um discurso de que as primeiras experiências profissionais serão em alguma instituição. Isso também foi registrado nos dados apresentados por Pereira (2010) e Bastos e Gomide (2010), a escolha pelo começo da carreira em instituições é orientado tanto pela questão financeira, quanto pela questão da aquisição de conhecimento, como são os casos de especializações para atuar na clínica. Apenas posteriormente a essa experiência é que os psicólogos começam a ocupar de fato os espaços clínicos, esse movimento é ilustrado na Entrevista 1:

[...] quero muito fazer uma pós-graduação em Psicanálise Infantil, mas como a especialização que eu já vi [...] tem uma mensalidade e não é baixa

[...] Então outra estratégia que eu pensei e que me chamou a atenção, é o curso de aprimoramento em Hospital, mesmo que eu não queira seguir a área de hospitalar.”

▪ **Profissão Estereotipada**

Tanto nas entrevistas, como nos grupos focais, 15 estudantes colocaram em discurso o conhecimento restrito e, conseqüentemente, estereotipado que a sociedade tem acerca da profissão do psicólogo e da psicologia. Foi recorrente o relato de que o meio social enxerga o psicólogo como aquele profissional que trabalha exclusivamente com doença mental. Também foi mencionada a noção de que quanto mais experiência profissional tem um psicólogo, maior é o reconhecimento do trabalho desenvolvido por este. Sobre isso, Borsezi et al. (2006, p.61) ressaltam que,

“[...] há uma concepção estereotipada do Psicólogo, portanto uma representação social, que não corresponde objetivamente à profissão, e nem à sua atuação profissional. Para superar tais desencontros, este deveria buscar formas alternativas de atuar na sociedade, agindo de forma preventiva e não excludente, contribuindo para mudar esta visão desfocada, não só a partir do olhar da sociedade, que de seus serviços se valem, mas também do próprio profissional em relação ao seu papel social.”

Os discursos coletados também apontaram para o fato de no senso comum o trabalho clínico ser visto como referência para se definir a atuação do psicólogo, dessa maneira, P1, Grupo 1, expressa: *“Eu acho que ainda está enraizado na sociedade que ele tem que fazer um atendimento individualizado, não preocupado com as relações, nem se esse problema tem outros fatores”*. Outro ponto relevante é a não consideração, pelo meio social, de que a psicologia pode estar presente em diversos campos, como exemplifica outra participante do mesmo grupo:

“[...] se você vai fazer um estágio numa escola eles perguntam "você é professora?" ou você chega num CCA é a mesma coisa, ou você chega num hospital "você é médica?" parece que não tem essa visão do psicólogo atuando em diversos campos.”

Estudo realizado por Oliveira e Menezes (2013), sobre a opinião da população sobre o psicólogo e a psicologia, reforçam, em parte, as falas que se fizeram presentes no Grupo 1. Por um lado, observaram nos resultados, menção às várias áreas e campos de atuação do psicólogo, por outro lado, as atividades esperadas para os distintos

lugares onde o profissional poderia trabalhar estavam atreladas às atividades próprias do contexto clínico.

▪ Científico/Especialista

Figueiredo e Santi (2010), ao discorrerem sobre o contexto histórico que envolve a Psicologia enquanto ciência salientam que o conhecimento psicológico ao ser difundido na vida cotidiana, é adaptado, popularizando-se e ajudando a fortalecer uma premissa de liberdade pautada em uma concepção individualista. Todavia, ressaltam que essa psicologia está longe de se configurar como uma psicologia científica, pois esta tem como propósito desconstruir o ideário do “hiperindividualismo”, ou seja, ir contra a psicologização das relações cotidianas.

Em dois grupos, o caráter científico da psicologia foi destacado. Apontou-se que a psicologia busca se aproximar da ciência e procura ser vista, ela própria, como ciência, para alcançar um maior reconhecimento social. Nesse caminho destaca-se fragmento das reflexões nos grupos: Grupo 1) “[...] Eu acho que para ela tentar reconhecimento, a psicologia vai para a ciência”; Grupo 3) “o psicólogo dá conselho. A primeira coisa que a gente fala: não, a gente tem teoria, sabe”. Nestas falas, nota-se que a cientificidade afasta e diferencia a profissão do senso comum, dando a ela maior valor social.

Outro aspecto, que aproxima a Psicologia de uma perspectiva científica, é a necessidade de especializar-se em determinados assuntos e áreas. Desse modo, os mesmos grupos mencionados acima, direcionaram os planos pós-graduação para um afinamento do conhecimento psicológico, como se quanto mais específico, mais científico. Conforme relato de participante do Grupo 1: “E a gente tem que continuar a formação, temos que buscar especializações, aprimoramento, residência. Identifica-se nesses discursos, certa insegurança quanto a prática profissional e em relação formação recebida na graduação, as especializações vêm de encontro à busca de uma atuação edificada por técnicas e teorias que assegurem a sua prática, outra afirmação do Grupo 1 reitera essa concepção “A gente não pode chegar lá fora, se formar e não saber o que fazer.” Essa insegurança e busca da racionalidade científica pode ser entendida como um medo do “fantasma da irracionalidade” (Tesser e Barros, 2008). Os autores afirmam que esse fator está entrelaçado no histórico de lutas da ciência contra os modelos religiosos e tradicionais, que gerou e tem gerado grandes processos de diferenciação

entre ciência e senso comum na modernidade, constituindo o que os autores chamam de *monopólio institucional da verdade*.

Entendemos os discursos que reafirmam o valor da ciência, bem como os que buscam esse valor – as especializações – no entrelaçamento científico e ideológico que constituem as redes de saber-poder das ciências. Os discursos dos participantes podem representar a possibilidade de uma postura crítica e reflexiva dentro da própria racionalidade psicológica, construindo espaços para o fomento de uma postura e/ou prática emancipatória e flexível a outras racionalidades e saberes. Como podem representar práticas de poder em estado de dominação, com relações cristalizadas e bloqueadas, impossibilitando ao sujeito possibilidades de mudanças que quebrem essa rede de saber-poder (FOUCAULT, 2004).

Esse modelo de relação pode ser encontrado em práticas psicológicas e discursos cotidianos que trazem o psicólogo como grande conselheiro da sociedade, e que por meio de técnicas e teorias façam uso do poder e status atribuído ao saber psicológico para aniquilar, ou suprimir o reconhecimento do sujeito, suas potencialidades e modos de vida que estão para além do saber científico tradicional e hegemônico. Como afirma Medeiros et al (2005, p.203) “a saúde, quando pensada pela Psicologia, edifica uma série de regulamentos e modulações que estabelecem o modo como o ser humano deve se relacionar consigo mesmo e com o mundo”.

Ressaltamos a importância dos psicólogos, independente de áreas de atuação e linhas teóricas, reconheça seu papel na produção da subjetivação dos sujeitos, por meio de discursos e práticas que penetram o cotidiano produzindo verdades, normas e regras, que ainda que em uma relação dialética, passam a estabelecer os modos como os sujeitos devem se relacionar consigo e com outros, tornando evidente que esse profissional de Psicologia – e de qualquer outra área de saber – deva se perguntar “[...] a partir de quem, [...] em benefício de quem [...] e quais são as consequências históricas concretas que essa atividade está produzindo” (MARTIN-BARÓ, p.22, 1996).

- **O Papel da Psicologia**

Nesta categoria são apresentadas, organizadas e discutidas as percepções dos estudantes que participaram da pesquisa acerca do papel do(a) psicólogo(a) no contexto brasileiro. Foram selecionadas, para compor esta categoria, falas e reflexões que

esboçavam uma definição quanto ao objetivo da psicologia, como profissão e área do saber, perante a sociedade.

De forma geral, os participantes reconhecem o Psicólogo como um profissional que tem o papel de promover o bem-estar, a saúde, o desenvolvimento do indivíduo e a autonomia. A diversidade de áreas de atuação foi apontada inicialmente como um elemento dificultador para a definição de um papel. Em algumas áreas, inclusive, a dificuldade para definir uma atuação foi ainda maior: “na área social eu não consigo pensar um papel definido e estruturado para o psicólogo” (Grupo 4).

Gradualmente, conforme as discussões avançavam, os grupos chegavam à ideia de que independente do vasto campo de atuação, o objetivo principal do trabalho do psicólogo consiste em contribuir para a transformação da sociedade, como foi verbalizado no Grupo 3: “o psicólogo deveria promover desenvolvimento, ou em vez de desenvolvimento, diria mudança mesmo, a transformação” (Grupo 3). Esse grupo, abordou também a conscientização, a politização e a responsabilidade política da psicologia.

Em todos os grupos, em algum momento, foi discutida a relação entre psicologia e política. Tal assunto fazia parte do roteiro de temas que a pesquisa se propôs a explorar e, por vezes, foi trazido inicialmente pelos pesquisadores e, por outras, emergiu da própria discussão entre os participantes.

Algumas pessoas, durante a pesquisa, tiveram dificuldade em associar a prática em psicologia com a política, expressando isso por meio de falas curtas, que pouco se desenvolviam, e ligando a prática política apenas ao trabalho nas instituições públicas. Outra maneira de associação recorrente foi à atuação do (a) psicólogo (a) diretamente na política, como na construção de políticas públicas, na participação em movimentos sociais e na militância.

Em três grupos, entretanto, a relação entre política e psicologia foi tratada como uma postura do profissional na área, como um elemento que compunha a práxis do psicólogo. O trabalho no campo foi reconhecido como um trabalho político, independente da área de atuação ou da escolha de especialização do profissional. Neste sentido, os participantes refletiram sobre a importância em entender o sujeito em sua complexidade:

À medida que vamos tendo várias discussões de filosofia, sociologia, antropologia e tudo isso vai fazendo sentido, você vai entendendo que seu objeto de estudo é muito maior que o homem, é toda a complexidade que envolve ele. (Grupo 1)

Para entender todas as dimensões que influenciam e são influenciadas pelos sujeitos, cabe abarcar diferentes áreas do conhecimento. A perspectiva de atuação passa de uma prática do indivíduo, em que se trabalha sozinho uma unidade, para uma prática social, em que com outros campos de conhecimento se trabalha o sujeito e os elementos da sociedade que o atravessam. Afinal, “o homem fala, pensa, aprende e ensina, transforma a natureza; o homem é cultura, é história.” (CODO & LANE, 2011, p. 12).

A partir dessa noção de homem e de mundo, a prática em psicologia passa a ser entendida como política, ao ponto que o profissional também está imerso numa sociedade e cultura e que, como vimos, tem como possível papel a transformação. O psicólogo, em todos os segmentos e campos, atua politicamente, “atuação política que pode e deve ter” (Grupo 1).

Segundo os participantes da pesquisa, os profissionais da área atuam politicamente por meio da conscientização e de uma ação “pedagógica” que tenha o intuito de politizar o sujeito: vai “conscientizar as pessoas do papel político delas”, vai fortalecer as pessoas frente às demandas sociais que não podem ser transformadas individualmente, vai promover no sujeito a autonomia (Grupo1).

A percepção dos participantes parece estar próxima de uma prática parte da análise das demandas institucionais e subjetivas a fim de construir um projeto de intervenção efetivo, fazendo parte destes processos uma relação que favoreça a autonomia e coparticipação dos sujeitos envolvidos.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados indicam um distanciamento entre os estudantes e o campo de trabalho em psicologia. Contudo, não se trata de um desconhecimento das práticas, mas sim de um distanciamento das relações de trabalho associado a um sentimento de incerteza frente à vida profissional. Quase um terço dos entrevistados possuíam ofícios em outras áreas e as experiências dos estudantes na atuação em psicologia estão, em maior parte, ligadas a atividades da formação – visitas técnicas, projetos de pesquisa e a estágios obrigatórios.

Como consequência disso, pode-se pensar que há noções idealizadas da realidade do trabalho em psicologia. Nota-se uma dissociação entre teoria e prática, já que o momento da graduação foi composto principalmente por experiências acadêmicas e uma prática profissional limitada aos estágios obrigatórios, que oferecem um primeiro contato com a realidade profissional, mas ainda, num contexto seguro e respaldado pela academia, sem que o aluno tenha que se imergir totalmente em tais vivências.

Como foi visto, o conceito de ‘profissão’ refere-se às demandas sociais e uma construção teórica específica, enquanto que ‘carreira’ deve ser entendida como o conjunto de atividades que compõem a identidade profissional de cada um. Para os alunos, a profissão do psicólogo é vista como desvalorizada principalmente pelo pouco retorno financeiro. Neste sentido, no início da carreira os alunos planejam atuações principalmente em Recursos Humanos, para garantia financeira, e apenas na sequência a atuação em outros âmbitos, de maior desejo e afinidade, na Psicologia. No discurso dos alunos, também, foi destacada a consolidação de uma teoria e ciência psicológica que embasa a prática afim de uma ampliação da valorização social desta profissão.

Outro ponto relevante foi o embate de duas noções de psicologia. Os relatos também revelam uma tensão entre áreas da Psicologia e, conseqüentemente, entre concepções de sujeito. Essa tensão se manifestou na oposição entre as áreas Clínica e Social. Por um lado a Psicologia Clínica é vista como predominante e como referência orienta a atuação em diversas outras áreas. Esta é representada pela técnica individual, voltada para o tratamento das patologias, associada a serviços privados e direcionada pelo ideal de profissional liberal. Por outro lado, a Psicologia Social surge como uma alternativa à visão da clínica, sendo caracterizada pela atuação em instituições públicas, envolvendo a problematização a partir da noção de homem como um ser social e histórico. Tal distinção foi entendida como possível fruto de uma tensão que ocorre entre disciplinas na própria graduação.

Quanto à função política da Psicologia, no discurso nos estudantes, observou-se a predominância de duas perspectivas: a de política como uma disciplina, como um campo do saber distinto e que está atrelada à Psicologia Social ou como um discurso que está associado às políticas públicas. Os relatos não sugerem uma perspectiva mais ampla dessa categoria: política como uma postura ético-estética, que atravessa todos os campos de atuação em Psicologia.

A formação em psicologia, nesses termos, propicia para alguns alunos o contato com a dimensão política e o desenvolvimento de um senso crítico, de uma noção de sujeito imerso num contexto maior que o influencia e é influenciado por ele.

Esta pesquisa teve, durante sua execução, desdobramentos cujo o principal foi a identificação de uma demanda grupal explícita: a necessidade de um espaço para elaboração das ansiedades, incertezas e angústias relativas ao processo de finalização da graduação. Ao longo dos grupos focais ficou claro que o planejamento da carreira e os próximos passos após a formação traziam muitas angústias aos entrevistados. Muitas vezes eles nem conseguiam discorrer sobre o assunto

Como vimos na pesquisa, há um distanciamento do mundo do trabalho e uma de suas consequências é desencadeamento de sofrimento neste momento de escolhas. Foi proposta uma série de encontros grupais com dinâmicas e atividades conduzidos por dois professores da universidade. Os encontros foram abertos a todos os alunos do último semestre da universidade e ocorreram de forma semanal e com 1h30min de duração. Neles foram tratadas questões relativas ao término da faculdade e início da carreira, através de dinâmicas que estimulassem a reflexão dos alunos acerca do tema, além de apresentações de psicólogos recém formados pela mesma universidade, para contribuir a partir o relato de suas próprias vivências.

Foram realizados ao todo oito encontros e destes emergiu a criação de um blog com diversas informações para alunos formados em psicologia e também um evento aberto que discutiu a início da carreira através de diversas atividades informativas e culturais. Os grupos envolviam dinâmicas do psicodrama, rodas de discussão e criação coletiva dos conteúdos do blog. O evento de fechamento contou com a participação de seis ex-alunos da universidade já formados que compartilharam suas vivências profissionais e ao final foi encerrado com um sarau cultural.

A perspectiva é que esta atividade grupal seja permanente no curso de psicologia a partir desta experiência, para que todos os alunos de último ano possam encontrar espaço para movimentar e pensar em suas angústias quanto à saída do papel de estudante e a execução do papel de psicólogo.

Para alguns dos pesquisadores, que também são alunos do último ano de psicologia, entrar em contato com tais reflexões também incitava angústia, mesmo efeito presente nos colaboradores da pesquisa. Talvez pela identificação com os demais

alunos, houve uma sensibilidade maior para perceber a demanda de espaços em que isso possa ser discutido num contexto seguro e apoiado ainda pela universidade. Enfim, percebeu-se que o momento de transição entre a graduação e campo profissional suscita muita ansiedade. Cabe pensar que a formação deve abranger experiências que permitam a reflexão sobre a carreira.

Por fim, destacamos que essa pesquisa ficou limitada a um caso (alunos de uma única universidade), pois houve grande dificuldade para formar os grupos. As principais iniciativas adotadas para o recrutamento destes foram o contato via redes sociais e indicações via professores e alunos conhecidos. A realização de grupos focais em outras universidades esbarrou em dificuldades - como o engajamento de um número considerável de alunos (a partir de três) e a disponibilidade de salas que garantissem o sigilo. Levantamos a hipótese de que as urgências relativas à conclusão do curso podem ter sido um impeditivo para o envolvimento de mais participantes na pesquisa. Já que, neste momento, eles estão realizando estágios, escrevendo seus trabalhos de conclusão de curso, finalizando a graduação. O contato direto com estudantes da própria universidade se mostrou mais eficiente no recrutamento de sujeitos para esta pesquisa. A circulação nos mesmos espaços, tanto dentro na universidade quanto nos estágios, e a rotina semelhante facilitou este processo.

É importante destacar que, no período de coleta, uma das principais universidades públicas se encontrava em greve e os alunos não estavam frequentando o campus. Nesse sentido, apontamos a necessidade de continuidade do trabalho para ampliar os dados e para a retomada da análise dos dados de forma mais aprofundada e relacionada ao referencial teórico adotado.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Daniela A., BENITES, Luiz Felipe R.. **Da disciplina ao controle: contribuições de Foucault e Deleuze para pensar o trabalho na contemporaneidade.** Revista Sociais e Humanas, v. 14, n. 01. Rio Grande do Sul. 2001
- AMORIN, T.C.T. **A escolha e o comprometimento com a profissão/carreira: um estudo entre psicólogos.** 2007. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Departamento de Psicologia. Universidade Federal da Bahia, 2007.
- ANTUNES, Ricardo,. Os sentidos do trabalho, São Paulo. Boitempo, 2002.
- ARENDRT, Hannah. Trabalho, obra , ação. Cadernos de Ética e Filosofia Política 7, p. 175-201. 2005.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G e RODRIGUES, A. C. de **A. Uma categoria profissional em expansão: quantos somos e onde estamos?** In: BASTOS, A. V. B. e GONDIM, S. M. G. (orgs). O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BOARINI, M. L. **A formação do psicólogo.** Psicol. estud., Maringá, v. 12, n. 2, Ago. 2007.
- BORSEZI, C. S.; BORTOLOMASI, E.; GUIMARÃES, J. L.; LIBONI, R. G.; REIS, M. F.; TAMANAHA, H. Y. **Representação social da Psicologia e do Psicólogo sob o olhar da comunidade de Assis/SP – Brasil.** Revista de Psicologia da UNESP, 5(1), 59-68.
- BOSI, L. M. L.; CARVALHO, L. B. e FREIRE, J. C. **A prática do psicólogo em Saúde Coletiva: um estudo no município de Fortaleza (CE), Brasil.** Psicologia: Ciência e Profissão, 29 (1): 60-73, 2009.
- CHALANT, J.F. **Quais carreiras e para qual sociedade? (I).** Revista Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 67-75, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Post Scriptum sobre as sociedades de controle**. In: Conversações. RJ: Ed. 34. 1992

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estud. psicol.* (Natal), 5 (1): 95-121, 2000.

DIMENSTEIN, M. **O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva**. *Psicologia em estudo*, Maringá, 6 (2): 57-63, 2001.

DURÁN-GONZÁLEZ, L. I.; HERNÁNDES-RINCÓN, M.; BECERRA-APONTE, J. **La formación del psicólogo y su papel em la atención primaria a la salud**. *Salud Publica de México*, 37 (5): 462-471, 1995.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, L. R. **Psicologia, uma (nova) introdução**: uma visão histórica da psicologia como ciência. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU editora, 2002.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 1998.

GONDIM, S.M.G.; BASTOS, A.V.B. e PEIXOTO, L.S.A. Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. In: BASTOS, A.V.B. e GONDIM, S.M.G. (org.): *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, p. 174-199, 2010.

GUATTARI, F., ROLNIK, S. *Micropolítica – Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes. 1986.

LEME, Maria Alice Vanzolini da Silva; BUSSAB, Vera Silvia Raad and OTTA, Emma. **A representação social da Psicologia e do psicólogo**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 1989, vol.9, n.1 [cited 2014-11-09], pp. 29-35.

MACEDO, J. P. e DIMENSTEIN, M. **Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social**. *Psicologia & Sociedade*, 21 (3): 293-300, 2009.

MAGALHÃES, Theresa Calvet, A Atividade Humana do Trabalho [Labor] em Hannah Arendt, *Ética e Filosofia Política*, Juiz de Fora, MG, v. 9, n.1, p. 1, 2006. Disponível em <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/03/9_1_theresa.pdf>

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2 (1): 7-27, 1996.

MAZER, S. M; MELO-SILVA, L. L. **Identidade profissional do Psicólogo: uma revisão da produção científica no Brasil**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 30, n. 2, jun. 2010.

MEC, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia. Brasil, 2002.

MEDEIROS, P. F., BERNARDES, A.G., GUARESCHI, N.M.F. **O Conceito de Saúde e suas Implicações nas Práticas Psicológicas**. *Psicologia Teoria e Pesquisas*, v.21, n.5, p.263-269.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

OLIVEIRA, I. C. V.; MENEZES, A. C. S. Avaliação dos contextos de atuação, atribuições e mercado profissional: opinião da população sobre a Psicologia e o Psicólogo. *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 119-139, 2013.

PEREIRA, S. L. M. Psicologia: características da profissão. In YAMAMOTO, O. H & COSTA, A. L. **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal, Editora da UFRN, 2010.

RAMMINGER, T.; NARDI, H.C. **Subjetividade e trabalho: algumas concepções conceituais de Michel Foucault**. *Interface- Comunicação, Saúde, Educação*, v.12, n.25, p. 339-46, abr./jun. 2008.

REIS, C; GUARESCHI, N. M. F. Encontros e desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando e transformando profissionais de saúde. *Psicol. cienc. prof.* Brasília, v. 30, n. 4, dez. 2010.

RONZANI, T. M.; RODRIGUES, M. C. **O psicólogo na atenção primária à saúde: contribuições, desafios, redirecionamentos.** Psicologia: Ciência e Profissão, 26 (1): 132-143, 2006.

SAVAZZONI, Subjetividade e devir à luz da filosofia de Deleuze e Guattari: contribuições para uma psicologia. Dissertação de mestrado. Ribeirão Preto, 2012

TESSER, C. D. e BARROS, N. F. Medicalização social e medicina alternativa e complementar: pluralização terapêutica do Sistema Único de Saúde. Revista Saúde Pública, v. 42, n. 5, p. 914-920, 2008.

YAMAMOTO, O. H.; SOUZA, J. A. J. de; SILVA, N. e ZANELLI, J. C. **A formação básica, pós-graduada e complementar do psicólogo no Brasil.** In: BASTOS, A. V. B. e GONDIM, S. M. G. (orgs). O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010.